



ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2019.-----

No dia 01 de março de 2019, às 11:02 h, na sala de reuniões, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Gério Patrocínio Soares, Defensor Público-Geral e presidente do Conselho Superior, Luciana Leão Lara Luce, Subdefensora Pública-Geral, Flávio Nelson Dabés Leão, Corregedor-Geral, Marco Túlio Frutuoso Xavier, Galeno Gomes Siqueira, secretário, Felipe Augusto Cardoso Soledade e Richarles Caetano Rios. A conselheira Fernanda de Sousa Saraiva participou da sessão por videoconferência. Presente ainda o presidente da Adep, Eduardo Cyrino Generoso. Ausente justificadamente o conselheiro O conselheiro Heitor Teixeira Lanzellotti Baldez.

Havendo *quorum* regimental, o dr. Gério declarou a aberta a sessão.

O dr. Gério justificou a ausência do conselheiro Heitor em razão do nascimento de sua filha Luísa, ocorrido em 28 de fevereiro de 2019.

Não houve inscritos ao momento aberto.

Em seguida, passou-se ao item 2, da pauta, a formação de lista tríplice para a escolha do novo integrante do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise, na forma estabelecida pelas Deliberações nºs 050 de 2018, 062 e 070 de 2019, bem como a Resolução nº 051 de 2019.

O conselheiro Galeno Siqueira fez a leitura dos defensores inscritos para integrar a lista tríplice, sendo eles: Andressa Vidal Matias, madep 0933, Lígia Olímpio de Oliveira Rodrigues, madep 0930, Richarles Caetano Rios, madep 0567, Paulo Moreira Ventura, madep 647 e Diego Escobar Francisquini, madep 0927.

A dra. Luciana cumprimentou todos os presentes; parabenizou os inscritos por terem manifestado o interesse em integrar o Núcleo e disse que indicava os defensores Andressa Vidal Matias, Diego Escobar Francisquini e Richarles Caetano Rios.

O conselheiro Flávio Leão cumprimentou todos os presentes e disse que indicava os defensores Richarles Caetano Rios, Paulo Moreira Ventura e Lígia Olímpio de Oliveira Rodrigues.

O conselheiro Marco Túlio cumprimentou todos os presentes e disse que indicava os defensores Andressa Vidal Matias, Richarles Caetano Rios e Lígia Olímpio de Oliveira Rodrigues.

O conselheiro Galeno Gomes cumprimentou todos os presentes e disse que indicava os defensores Richarles Caetano Rios, Andressa Vidal Matias e Diego Escobar Francisquini.

O conselheiro Felipe Soledade cumprimentou todos os presentes e disse que indicava os defensores Andressa Vidal Matias, Lígia Olímpio de Oliveira Rodrigues e Richarles Caetano Rios.

A conselheira Fernanda Saraiva cumprimentou todos os presentes e disse que indicava os defensores Diego Escobar Francisquini, Lígia Olímpio de Oliveira Rodrigues e Richarles Caetano Rios.



Resultado: Richarles Caetano Rios, 6 votos; Andressa Vidal Matias, 4 votos; Lígia Olímpio de Oliveira Rodrigues, 4 votos; Diego Escobar Francisquini, 3 votos e Paulo Moreira Ventura, 1 voto.-----

O dr. Gério disse que o gabinete vai providenciar a publicação da lista ainda hoje em razão do feriado prolongado, ganhando tempo com os preparativos para o início da atuação pelo indicado.-----

Relativamente ao item 3, avaliação da atuação prevista no art. 1º e na forma do art. 15, da Deliberação nº 013 de 2017, que criou o Núcleo da Defensoria Pública nos Tribunais Superiores, o dr. Gério disse que a relatoria está a cargo da dra. Luciana Lara e que a dra. Neusa Guilhermina, coordenadora da Desits Criminal inscreveu-se para manifestação.-----

Em seguida, foi dada a palavra à dra. Neusa Guilhermina que cumprimentou todos os conselheiros na pessoa do dr. Gério; cumprimentou os demais presentes; disse que faria uma manifestação rápida; disse que temos que repensar a Deliberação nº 011/09; falou da manifestação da defensora Alessa Veiga sobre a distribuição de processos no Núcleo; falou do número absurdo dos processos criminais; disse que todos os órgãos deveriam atuar como Núcleo, com divisão igualitária; colocou-se de acordo com o pedido da defensora Alessa; disse que o procedimento restringe a forma de atuação em Brasília, se por dígito ou matéria. A dra. Luciana disse que em resposta à última consulta realizada pelo Conselho Superior aos coordenadores da Desits Cível e Criminal e à colega dra. Adriana que assumirá ainda este mês o Núcleo de Brasília, chega-se à conclusão que todas as respostas demonstraram a necessidade de ser feita uma alteração no que tange a atual distribuição dos trabalhos; disse que a Desits Cível manifestou de forma bastante ponderada duas questões de importância: primeiro que a própria Deliberação nº 013 de 2017, em seu art. 1º, diz que o Núcleo será composto por dois defensores nas áreas cível e criminal e o art. 3º, da mesma Deliberação, nos diz que um dos defensores será designado para atuar como coordenador, aplicando-se a ele o disposto no art. 42, da Lei Complementar nº 065/03, que prevê que caberá ao coordenador a divisão dos trabalhos e a divisão equânime dos trabalhos entre os membros; disse que melhor refletindo, talvez o papel do Conselho Superior neste momento seja ratificar o que já está disposto na LC nº 65/03 e que o coordenador faça a distribuição por meio de portaria e devidamente chancelada pela Defensoria-Geral; que os próprios defensores cheguem a um consenso sobre a melhor forma de distribuição dos trabalhos e que ninguém melhor que o coordenador pode fazer esta distribuição; sugeriu, então, que a divisão dos trabalhos seja feita pelos próprios colegas, através de portaria do coordenador, que será chancelada pela Defensoria-Geral; esta é a proposta que apresento a este nobre colegiado, senhor presidente, concluiu.-----

O conselheiro Flávio Leão pediu um esclarecimento: O Núcleo de Brasília está sem coordenação ou ficará, já que o defensor Péricles está saindo, ao que parece.- A dra. Luciana disse que o defensor Péricles ainda permanecerá por um tempo e que ele tem prazo de 3 meses; disse que houve abertura de inscrições para preenchimento da vaga e que por ora ele é o coordenador do Núcleo de Brasília.-----

O conselheiro Flávio Leão colocou-se de acordo com a relatora; “entendo que é o procedimento legal”, finalizou.-----

O conselheiro Marco Túlio colocou-se contrariamente à proposta; disse que o Núcleo de Brasília nunca funcionou como Núcleo e que quando o criamos em 2017 era para ser um Núcleo modelo e vemos que não funcionou; que o problema não é novo e já poderia ter sido resolvido assim; que se pensamos Brasília como Núcleo lá tem que ser exemplo, portanto, não caberia uma portaria para distribuir; pediu *vênia* e disse que o art. 42 da LC nº 65/03 se aplica no que couber; disse que na sua opinião os dois tem que fazer tudo e deu uma sugestão: redistribuição por dígito e não por matéria; disse que eventualmente uma portaria pode ser expedida fixando os parâmetros da divisão.-----

O conselheiro Flávio Leão entende que a portaria é uma solução que se adapta; que a divisão por dígito perde a especialidade do que está lá; disse entender que esta matéria retornará ao Conselho Superior e aí sim poderia ser discutida uma nova formatação do Núcleo; disse que a portaria funciona para se manter a especialização; disse que ratificava o voto.-----

O dr. Gério passou a palavra à relatora, dra. Luciana, para que se manifeste sobre as considerações do conselheiro Marco Túlio.-----

A dra. Luciana disse que mantinha o voto anteriormente apresentado.-----

O conselheiro Felipe Soledade disse que o trabalho de Nanuque pode ser por portaria e não vê porque Brasília não pode ser; disse que não vê porque mudar o critério; disse que é preciso confiar no bom senso e na capacidade de se auto organizar dos colegas; disse que não faz sentido criar um novo meio, impor, embora nenhum de nós tenha atuado lá; disse que as pessoas que lá estão e são competentes são capazes de se auto organizar; disse que suplantando uma área em relação a outra é uma discussão que não deve entrar; disse que acompanhava o voto da relatora e que não vê razão diferente, até porque daqui há três meses poderemos nos debruçar sobre o assunto; não faz sentido impormos uma metodologia à revelia das pessoas que lá trabalham, finalizou.-----

O conselheiro Galeno disse que a proposta formulada pela dra. Luciana ela não mantém a divisão atual; disse que por ela, havendo acordo, poderá o defensor do criminal fazer cível e vice-versa; disse que tem a certeza absoluta que a situação do criminal lá é humanamente impossível e que sequer dá para ler todas as intimações; disse que a forma proposta pela dra. Luciana é interessante, já que havendo acordo entre os dois eles vão fazer esta divisão lá e esta divisão vai ser mista; mencionou que a dra. Adriana disse que embora tenha formação no crime, também já atuou no cível e não teria dificuldade em atuar no cível; que a portaria mencionada pelo conselheiro Marco Túlio não deve ter sido feita, pois a Deliberação prevê a atuação no cível e criminal; que a proposta da dra. Luciana é que tenham atuação mista, mas que eles tenham a liberdade de definir; que as vezes um faz uma parte do cível e outra parte do criminal; que essa liberdade para os dois organizarem os serviços deve ser testada; disse que o art. 1º, da Deliberação nº 013 de 2017, prevê que o Núcleo terá atuação de dois defensores nas áreas cível e criminal; que se poderia suprimir este artigo primeiro, e o art. 8º.

que faz referência ao preenchimento de cada vaga, cível e criminal; sugeriu que se tire esta referência cível e criminal e que a organização dos trabalhos fique de acordo com a vontade dos colegas, de forma mista, com cada um atuando melhor onde lhe aprouver. Disse que acompanhava a relatora, dra. Luciana.-----

A conselheira Fernanda Saraiva disse que acompanhava a relatora; que entende que a divisão por dígito pode gerar um engessamento; que a proposta dá liberdade de acordo com a especialidade de forma a levar a melhor prestação jurídica aos assistidos.-----

O conselheiro Richarles seguiu a divergência estabelecida pelo conselheiro Marco Túlio e fez uma ponderação: não é caso de discutir quem trabalha mais, mas a Defensoria produz mais na área criminal e família; disse que hoje o nosso público preferencial é o réu do processo criminal; que o volume de trabalho do criminal que aporta na Desits e chega a Brasília é muito maior e não podemos desconsiderar que isto é um dado concreto; disse que temos que levar isto em conta sempre que formos discutir este tipo de questão no Conselho Superior; disse que acha que vamos ter que esmiuçar esta questão um pouco mais e disse concordar com as colocações do conselheiro Galeno.-----

A conselheira Luciana agradeceu as ponderações dos conselheiros Marco Túlio e Richarles e disse que concordava com as ponderações do conselheiro Galeno, para que seja alterado o art. 8º, da Deliberação nº 013 de 2017, suprimindo as palavras cível e criminal.-----

o dr. Gério disse que na questão da portaria há uma incompreensão; que ela não é ao bel prazer, ela passa por uma construção com a assessoria institucional zelando pela equidade e legalidade; que quando há restrição de atribuição passa pela Corregedoria Geral também; que a regulamentação de atribuição passa pela assessoria; que o coordenador redige e ela passa pelo gabinete; que aqui há mistura de distribuição com atribuição; que talvez criemos mais um degrau como forma de solucionar a questão: a portaria aprovada pelo DPG e ratificada pelo CS; que esta solução talvez seja interessante e que traga uma segurança a mais do que foi definido; disse que a portaria é construída pelo gabinete com os colegas tentando ao máximo resolver a questão entre os integrantes; disse que muita coisa deixa de vir ao Conselho porque é resolvida por portaria; disse que em conversa com a defensora Adriana ela disse que a divisão não seria necessariamente igualitária entre cível e criminal, mas que talvez um defensor ficasse com o cível todo e com parte do criminal; prosseguiu discorrendo sobre a situação e importância do Núcleo de Brasília e sobre temas caros à Defensoria em debate no cenário nacional.-----

Flávio Wandeck disse que ficou satisfeito do Conselho Superior acabar com esta divisão cível e criminal, pois isto não é Núcleo; disse que esta solução resolve um pouco e que essa questão é interessante; sobre o Núcleo disse que é interessante quando da discussão futura, já tendo ido a Brasília várias vezes e visto diferentes modelos, disse estar convicto de que o modelo do Rio de Janeiro é o melhor, mais efetivo e menos sobrecarrega; disse que podemos até agosto aprimorar esta discussão e quem sabe trazer no futuro um novo formato.-----



A dra. Luciana, dentro do contexto apresentado pelo presidente, quando da rediscussão da natureza do Núcleo, nós possamos reavaliar a questão da portaria neste momento posterior quando nós iremos discutir o próprio modelo do Núcleo, salvo engano agora em julho; neste caso específico avaliaríamos a portaria construída.-----

O conselheiro Richarles disse que alguma coisa seria interessante tirar aqui hoje, seja na linha do dr. Gério ou do conselheiro Galeno; disse que a proposta do conselheiro Galeno é no sentido de suprimir o artigo ou pelo menos alterar; disse que é importante que o colega que concorre à vaga saiba para onde está se candidatando.-----

O conselheiro Galeno disse que a proposta é de alterar o art. 8º, suprimindo as palavras cível e criminal, mantida a apreciação da portaria pelo Conselho Superior para ratificação, com o que todos concordaram.-----

Eduardo Generoso disse que resolvida a questão ficava à vontade para manifestar sobre a criação do Núcleo à época; disse que tivemos manifestação das Desits à época; que era visual a necessidade de estruturação das Desits; disse que tomada a decisão da criação do Núcleo, este seria incorporado às Desits; disse que o que queria manifestar é que naquela época, como presidente da Adep, tentamos viabilizar uma recomendação no sentido de estruturar as Desits; que esse debate remete a um debate que foi feito à época; disse que as Desits recebem processos do Estado inteiro e isto há de ser olhado com olhos atentos na reforma da Deliberação nº 011/09; discorreu sobre o aumento de defensores na primeira instância e sobre a necessidade de se olhar de forma atenta a situação das Desits hoje.-----

O conselheiro Felipe disse que ia mais longe um pouco; disse que está provado que o modelo não funcionou; que os colegas estão saindo; que a ponderação do Eduardo é importante; que se discuta melhor com os principais interessados; disse que faltou uma interlocução melhor na discussão; disse que o modelo do Rio de Janeiro tem um ponta de lança em Brasília e o trabalho é feito pelos colegas da base, sendo uma coisa que temos que atentar; disse que temos que ter atenção redobrada com a estruturação das Desits.-----

O conselheiro Marco Túlio disse que o modelo funcionou bem; que tivemos resultado muito bom em Brasília; que o Núcleo precisa de aprimoramento e não podemos pensar jamais em fechar Brasília; que o Núcleo deu visibilidade e não podemos deixar de vista isto. Citou casos exitosos de atuação em Brasília.-----

O dr. Gério, manifestando-se sobre o Núcleo de Brasília, disse que o conselheiro Felipe em parte tem razão; disse que a representação em Brasília é prioridade para todas as Defensorias estaduais; que o funcionamento precisa ser divulgado mais internamente; que a falha de comunicação é mais interna e externamente todo mundo bate palmas e internamente a gente bate cabeça; disse que tem coisa exitosa e muita coisa que precisa ser aprimorada; que precisamos corrigir esta falha de comunicação; citou estatística de êxitos no Núcleo de Brasília; discorreu sobre sistema de funcionamento do Núcleo feito pelos colegas; disse que os dados demonstram que o TJMG tem dificuldades de avançar nas decisões.

prendendo muito e de forma não qualificada; citou casos de prisões “pedagógicas”; disse que há pessoas que ficam presas desnecessariamente; disse que nós trabalhamos bem, trabalhamos certo; disse que em Brasília conseguimos mudar muitas coisas e a partir daí temos parâmetros para a primeira instância; disse que precisamos nos aproximar dos colegas de Brasília para traçar estratégias e delimitar a nossa atuação institucional.-----

O conselheiro Felipe disse que o trabalho não é ruim, é muito bem feito; disse que teve a oportunidade de conhecer os relatórios da Alessa e o trabalho é muito bem feito; disse que a forma de trabalhar é que não funciona, sem aproximação com as Desits e sem eleição de prioridades; disse que a retirada dos profissionais de lá denota que não deu certo; disse que precisamos eleger causas-piloto, caso contrário faremos um bom trabalho, mas será infrutífero; disse que tem que ter eleição de prioridades conjuntas.-----

O dr. Gério disse concordar que é necessário esse afinamento; disse que a Neusa Lara, coordenadora Desits criminal, tem dados sobre teses exitosas, da mesma forma a Desits Cível tem suas causas exitosas; disse que precisamos focar em educação em direitos e precisamos ajustar internamente; trabalha-se bem, mas não de forma afinada, ponderou; agradeceu os colegas que passaram pelo Núcleo de Brasília; disse que a renovação é importante pois cada um tem um perfil diferente e se completam; sobre a segunda instancia, disse que a estruturação passa tanto de pessoal como material; que o ambiente de trabalho interfere muito e a Luciana falará sobre a mudança de sede; discorreu sobre as cooperações na Desits; disse que o sistema de compensação vai se aprimorando; citou o VIII concurso em andamento, que é para reposição; disse que tem que ter mesmo atenção especial com a segunda instância; fez referência a rótulos internos que não devem existir; disse que temos que desmistificar estas questões, tipo aquela de que a segunda instância não trabalha; discorreu sobre o estágio de pós-graduação, que poderá atenuar dificuldades e que nunca deixou de pensar na solução desses problemas da segunda instância; disse que para êxito também é necessário trabalhar a alteração da Deliberação 011/09.-----

O conselheiro Richarles discorreu sobre os mutirões; disse que são de encarceramento; que não existe mutirão de desencarceramento, e na maioria são de processos antigos, perto de prescrever, de réus soltos; disse que há uma contradição, pois ao mesmo tempo o Estado não quer o encarceramento pelo custo, mas tudo que é feito é no sentido contrário; disse que a política da Defensoria não pode ser a política do TJMG; disse que não é caso de sair dos mutirões, mas de entender que temos políticas diferentes; discorreu sobre as falhas na política de comunicação e citou o trabalho do Núcleo de Crise em Brumadinho; disse que há muito colega defensor público que acha que não estão fazendo nada, porque não judicializaram a questão; disse que as coisas tem um momento, um caminho a ser percorrido, e isso se dá pela falta de conhecimento; disse que o trabalho é importante e não necessariamente passa pela judicialização; disse que precisamos trabalhar essa comunicação para esclarecer os colegas sobre o trabalho realizado; citou o caso de Macacos, que veio um



ônibus de lá pedindo ajuda e agradecendo pelo apoio; disse que Macacos também quer a Defensoria porque nós estamos fazendo a diferença em outros lugares e ao mesmo tempo os nossos colegas acham que a gente não está fazendo nada; disse que a visão do público externo é diferente do interno; defendeu mudança na política de comunicação e que temos que superar esses ruídos, pois gera um desgaste interno muito grande, sendo muito ruim um colega colocando o dedo na cara do outro.-----

O dr. Gério disse que as ponderações do conselheiro Richarles são perfeitas; falou de estudos para a reestruturação da Ascom, que inclusive está prevista no Planejamento Estratégico; falou da mudança do site, para que seja mais atrativo internamente; disse que tudo isto está sendo estudado e que estão buscando parcerias e que as alterações tem que ser paulatinas; discorreu sobre a necessidade de mudança cultural; disse que temos que dar a informação de forma que a pessoa tenha interesse em busca-la, que se torne mais atrativa; disse que o reconhecimento externo é menos por firulas midiáticas e mais pela efetividade do trabalho; discorreu sobre a questão de Brumadinho; disse que a correção da falha na comunicação interna contribuirá para uma maior participação dos colegas; disse que a ferramenta judicial deve ser a última a ser utilizada e, sendo claro que não se tem que deixar de ajuizar, mas devemos priorizar o extrajudicial; disse que estamos inaugurando um novo norte de atuação da Defensoria Pública, insto em referência ao Núcleo de Crise; ressaltou que é fundamental a união de todos; disse que o momento atual será um divisor de águas; falou da necessidade do diálogo, que tem feito a diferença e que temos a oportunidade de fazer diferente, sendo que não vamos fazer 100%, mas a semente está lançada; disse que para o crescimento da Instituição é importante a união; que a correção desta falha de comunicação só irá contribuir; que acredita que o Núcleo de Crise irá desenvolver um excelente trabalho; discorreu sobre o perfil dos integrantes e disse que são muito qualificados; disse que estamos no caminho certo e que a nossa responsabilidade é muito grande; agradeceu a presença de todos; agradeceu o Eduardo pelo café com a Adep, a quem agradeceu também pela parceria.-----

A dra. Luciana discorreu sobre a mudança para a sede III de órgãos que se encontram atualmente na sede II; agradeceu os coordenadores pelo apoio, pela construção do calendário de forma conjunta; pediu desculpas por eventuais transtornos; disse que haverá melhora tanto no acolhimento aos assistidos como na qualidade do trabalho; disse esperar que a mudança traga frutos para a Instituição.-----

O conselheiro Flávio indagou se defensores e servidores seriam liberados mais cedo em razão do início do carnaval e o dr. Gério disse que irá confirmar com a Assessoria Militar sobre as condições de segurança, já que há previsão de blocos nas imediações.-----

O conselheiro Felipe disse que várias vezes eu e muitos outros viemos aqui nesse gabinete falar das condições de trabalho na sede II; disse que já que reclamou tanto, na oportunidade agradecia a providência, pois as dependências são muito boas; disse que em 20 anos de casa nunca teve ar condicionado; parabenizou a

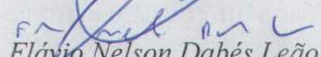


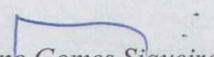
administração pelo trabalho, a preocupação, o diálogo e que foi uma conquista importante.-----

O conselheiro Galeno parabenizou pela aquisição da nova sede, que foi feito com diálogo, transparência e participação de todos; disse que defensores, servidores e assistidos merecem uma sede digna.-----

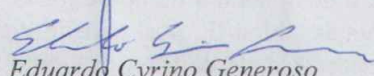
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 12:25 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Belo Horizonte, 01 de março de 2019.-----

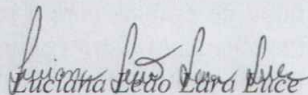

Gério Patrocínio Soares



Flávio Nelson Dabés Leão

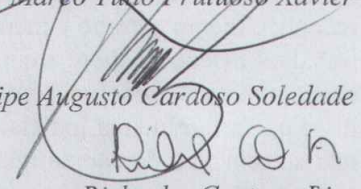

Galeno Gomes Siqueira

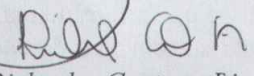

Fernanda de Sousa Saraiva


Eduardo Cyrino Generoso


Luciana Leão Lara Elice


Marco Túlio Frutuoso Xavier


Felipe Augusto Cardoso Soledade


Richarles Caetano Rios